



BANCO GUANABARA

Relatório da Gestão de Riscos

2º Trimestre **2019**

DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA E GESTÃO DE RISCOS
www.bancoguanabara.com.br



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

CONTROLE DE VERSÃO

Evento	Responsável	Data do evento	Revisor	Data da revisão	Versão da Documentação
Elaboração	Andressa Nogueira	04/07/2019	Felipe Dutra	05/07/2019	2019



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

Sumário

1	Introdução	3
1.1	<i>Apresentação</i>	3
2	Gerenciamento de Capital	4
3	Aspectos Qualitativos da Estrutura de Gestão de Riscos.....	6
3.1	<i>Gestão Integrada de Riscos.....</i>	6
3.1.1	Objetivo	6
3.1.2	Premissas Básicas	6
3.2	<i>Risco de Mercado.....</i>	7
3.2.1	Objetivo	7
3.2.2	Critério para Carteira de Negociação e Riscos Associados:	8
3.2.3	Ferramentas de Risco de Mercado	9
a.	<i>Exposição Financeira:.....</i>	9
b.	<i>VaR:.....</i>	9
c.	<i>Backtesting:</i>	9
d.	<i>Testes de Estresse:</i>	9
3.2.4	Comparativo da Carteira de Exposição e VaR – Dezembro/ Março.....	10
3.2.5	Risco de Taxa de Juros da Carteira de Não Negociação - R_{BAN}	10
3.3	<i>Risco de Liquidez.....</i>	11
3.3.1	Objetivo	11
3.4	<i>Risco Operacional</i>	12
3.4.1	Objetivo	12
3.4.2	Plano de Continuidade de Negócios	13
3.4.3	Mensuração e Cálculo do Capital para Risco Operacional	14
3.5	<i>Risco de Crédito</i>	14
3.5.1	Objetivo	14
3.5.2	Teste de Stress de Crédito	16
3.5.3	Descrição das Variáveis de Stress de Crédito	16
3.5.4	Mensuração e Cálculo do Capital para Risco de Crédito	16
3.6	<i>Outros Tipos de Riscos</i>	17
3.6.1	Risco Socioambiental	17
4	Patrimônio de Referência (PR) e os Requerimentos Mínimos em Relação ao RWA	18
4.1	<i>Informações Gerais.....</i>	18
4.2	<i>Patrimônio de Referência (PR).....</i>	18
4.2.1	Metodologia Adotada para Avaliar a Adequação do PR	18
4.3	<i>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</i>	19
4.3.1	Apuração do montante RWA e suas respectivas parcelas	19
4.3.2	Exposição por Fator de Ponderação de Risco (FPR)	20
4.3.3	Componentes da parcela de risco de mercado (RWA_{MPAD})	20
5	Razão de Alavancagem (RA)	20
6	Aspectos Quantitativos das Exposições ao Risco de Mercado.....	22
6.1	<i>Exposição por Fator de Risco</i>	22
7	Aspectos Quantitativos das Exposições ao Risco de Crédito	22
7.1	<i>Exposição Média no Trimestre</i>	22
7.2	<i>Exposição por Região Geográfica</i>	22
7.3	<i>Exposição por Atividade Econômica</i>	23
7.4	<i>Exposição dos Dez Maiores Clientes em Relação à Carteira</i>	23
7.5	<i>Montante de Operações por Faixa de Atrasos.....</i>	23
7.6	<i>Prazo a Decorrer das Operações.....</i>	24
7.7	<i>Fluxo das Operações Levadas a Prejuízo no Trimestre</i>	24
7.8	<i>Montante de Provisões para Perda</i>	24
8	Balço Patrimonial	25
Anexo 1	– Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR	27
9	Lista de Abreviaturas.....	31



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

1 Introdução

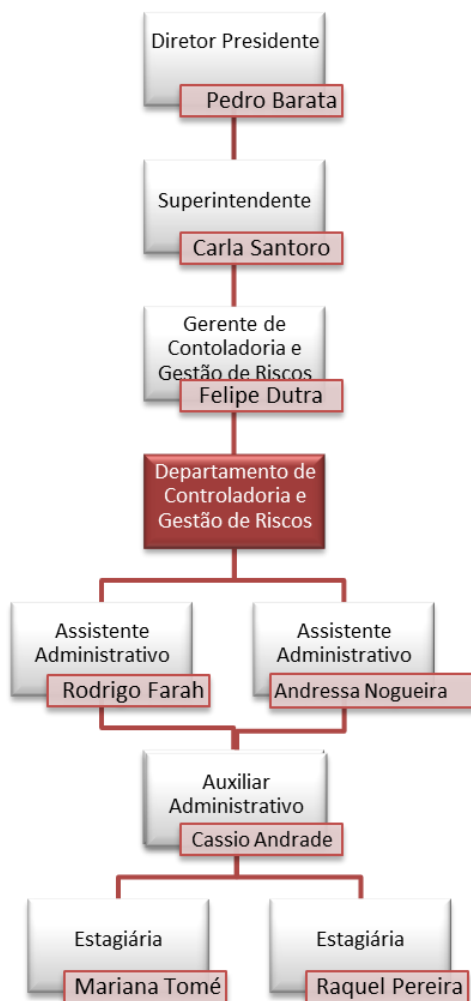
1.1 Apresentação

Em atendimento a Circular 3.678, editada pelo Banco Central do Brasil em 31 de outubro de 2013, apresentamos a seguir nossas informações relativas à Gestão de Riscos, ao detalhamento do Patrimônio de Referência (PR), apuração dos requerimentos mínimos de capital em relação ao RWA e o cálculo do Limite de Imobilização, referentes ao primeiro trimestre findo em 30 de Junho de 2019.

Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

2 Gerenciamento de Capital

O Banco Guanabara S/A possui uma estrutura de gestão de riscos e gerenciamento de capital em conformidade com as normas vigentes, com o intuito de efetuar o monitoramento e mitigação dos riscos, além de atender metas e objetivos do planejamento de capital para assegurar que os requerimentos mínimos regulatórios sejam cumpridos. Abaixo é representado a estrutura definida para gestão de riscos e de capital do Banco:





Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

O Diretor Presidente é a personalidade máxima na gestão de riscos e gerenciamento de capital. E é responsável por estabelecer metas e objetivos, bem como avaliar necessidade de capital de acordo com o que foi previamente planejado e devidamente fundamentado em determinado horizonte de tempo.

O superintendente é responsável de repassar as diretrizes e estratégias definidas pelo Diretor Presidente, estabelecendo normas e procedimentos, bem como, monitorar os processos que visam o cumprimento das determinações. Assim como aprovar os relatórios gerados pelo Departamento de Controladoria e Gestão de Riscos e repassá-los ao Diretor Presidente.

O departamento de Controladoria e Gestão de Riscos têm como principais atribuições no processo de gerenciamento de capital:

- Realizar simulações de condições extremas (teste de estresse), englobando ciclos econômicos, alteração das condições de mercado e de liquidez;
- Realizar projeções de Parâmetros Macroeconômicos, Carteira, Funding de Captação, Alocação do Capital, Receitas e Despesas de acordo com as premissas do plano de capital;
- Realizar as demonstrações das projeções como resultado: BP, DR, Fluxo de Caixa, Impostos e Índices de Desempenho e Basiléia;
- Confeccionar relatórios gerenciais do impacto dessas projeções, que suportem a tomada de decisão da alta administração, tais como: Balanço Patrimonial projetado, Demonstração do Resultado projetado, Fluxo de Caixa, Impostos, e Índices de Desempenho e de Basiléia, Patrimônio de Referência (PR) e seus requisitos mínimos;
- Consolidar as informações recebidas dos departamentos envolvidos no processo de gestão de capital e confeccionar periodicamente Relatórios Gerenciais de Adequação do Capital para tomada de decisões, que demonstrem as premissas relacionadas nesta política, através do plano estratégico, evidenciando as projeções e metas estabelecidas e aprovadas pelo Diretor Presidente.



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

3 Aspectos Qualitativos da Estrutura de Gestão de Riscos

3.1 Gestão Integrada de Riscos

3.1.1 Objetivo

O processo de gestão de riscos no Banco Guanabara tem por objetivo sistematizar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos incorridos na atividade bancária, visando maximizar os retornos de seus acionistas, com redução da volatilidade nos resultados, contando, para isso, com controles internos mais eficazes e racionalização dos processos e recursos disponíveis. A competitividade existente no setor obriga as instituições a desenvolverem processos mais eficazes, com rígidos controles internos, capazes de adequar os níveis de risco aos resultados desejados. Esse gerenciamento é de fundamental importância para o alcance dos objetivos e metas de nossa instituição, garantindo a continuidade normal de suas atividades, oferecendo segurança aos acionistas, subsidiando o processo decisório e proporcionando o retorno desejado nas operações, produtos e serviços do banco, contribuindo ainda para permitir a otimização da relação risco/retorno no Banco Guanabara.

Os riscos que fazem parte da gestão integrada do Banco Guanabara são os seguintes:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado e
- Risco Operacional.

3.1.2 Premissas Básicas

Objetivando a mitigação dos riscos a que o banco está exposto em função de suas atividades, operações, produtos e serviços, destacam-se as seguintes premissas básicas:

- O Banco Guanabara não possui investimento em títulos de renda variável – carteira de ações, nem tampouco realiza operações nos mercados futuro, de opções ou a termo desses ativos;



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

- O Banco Guanabara não realiza operações nos mercados à vista e futuro de moedas e commodities, nem tão pouco, assume posições especulativas nesses ativos ou derivativos;
- O banco não realiza operações com ouro, tanto no mercado à vista, quanto no mercado futuro ou termo;
- O banco não administra recursos de terceiros através de fundos de investimento, clubes ou carteiras;
- O banco só realiza operações com instrumentos financeiros e mercadorias, com a finalidade de hedge ou prestando serviço para algum cliente;
- As posições próprias de títulos públicos ou privados são carregadas com recursos líquidos, originários, em sua grande maioria, da captação através de CDB – Certificado de Depósito Bancário – emitidos em favor dos acionistas e empresas ligadas do Grupo Guanabara;
- As operações de crédito a serem contratadas, em função de seu valor podem ser “hedgeadas” por operações de *Swap*, com prazos e valores compatíveis, de acordo com as determinações do Comitê de Investimentos;
- O banco respeita e monitora continuamente os limites de concentração e diversificação determinados pelo Banco Central do Brasil.

3.2 Risco de Mercado

3.2.1 Objetivo

O Banco Guanabara tem como objetivo a gestão desse risco otimizando a relação risco-retorno através de modelos terceirizados, amplamente testados. As ferramentas e parâmetros utilizados nessa abordagem levam em consideração, entre outros fatores, a diversificação de riscos e limites máximos de exposição. Para tal é enfatizado a análise dos seguintes riscos:



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

- Risco de taxa de juros – o risco de taxas de juros refere-se ao nível de exposição da situação financeira de uma instituição a movimentações das taxas de juros, que sejam contrárias as suas posições. Esse tipo de risco pode afetar não apenas os resultados das instituições financeiras, bem como valor econômico de seus ativos, passivos e instrumentos não constantes do balanço. Apesar de ser o risco de taxa de juros normal à atividade bancária, seu excesso pode ameaçar, consideravelmente, os ganhos e a base de capital de uma instituição financeira. As formas mais comuns de risco de taxas de juros a que as instituições financeiras estão tipicamente expostas são as exposições a riscos de mercado e são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. Títulos, derivativos, empréstimos e financiamentos devem ser analisados tanto de maneira individual como consolidada.
- Risco de índice de preços – índices de preços são números que agregam e representam os preços de determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos dessa cesta. Podem se referir, por exemplo, a preços ao consumidor, preços ao produtor, custos de produção ou preços de exportação e importação. Os índices mais difundidos são os índices de preços ao consumidor, que medem a variação do custo de vida de segmentos da população (a taxa de inflação ou de deflação).

3.2.2 Critério para Carteira de Negociação e Riscos Associados:

A partir de novembro de 2015, o Banco Guanabara realizou negociações (operações de compra e venda) com títulos públicos para carteira própria, com objetivo de acompanhar o mercado e obter rentabilidades com os movimentos de preços efetivos ou esperados. Todas as operações realizadas a partir de então foram classificadas na carteira de negociação (trading book) e as existentes anteriormente reclassificadas em 2016 para carteira de negociação. Adicionalmente, poderão ser efetuadas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, tanto destinados a revenda a clientes como na carteira própria, desde que derivativos com a finalidade de hedge, não sendo permitida a realização para fins especulativos.

Portanto, a carteira de negociação (Trading book) consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.

3.2.3 Ferramentas de Risco de Mercado

a. Exposição Financeira:

Consiste na análise periódica de determinado ativo / passivo ou fator de risco em função do seu cálculo de marcação a mercado (MtM – Market to Market).

b. VaR:

Emprega-se a metodologia do "valor em risco" (*value at risk*), ou VaR, para avaliar os riscos das operações classificadas tanto da carteira de negociação (*trading book*) como fora da carteira de negociação (*banking book*). O VaR é definido basicamente como o prejuízo potencial no transcorrer de um determinado horizonte de tempo, em virtude de movimentos de mercado regulares e adversos, baseando-se em análise de probabilidades. O modelo de risco utiliza um nível de confiança de 99% (2,33 desvios padrões) e o horizonte de tempo de 10 dias para calcular o VaR diariamente. A análise captura os ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos.

c. Backtesting:

O Sistema calcula a rentabilidade diária da carteira com base nas cotações de fechamento das taxas de juros e preços e dos respectivos retornos. Esta rentabilidade é obtida pelo produto do valor exposto em “d₋₁” vezes o valor de retorno em “d₀”. Desta forma, tem-se o comparativo da variação de preço de mercado da carteira com o VaR calculado.

d. Testes de Estresse:

O teste de estresse é parte integrante da gestão de riscos do Banco Guanabara. Cenários de manutenção, rápida deterioração e melhoria das condições do mercado são realizados e revisados mensalmente. Além disso, sempre que se preveem eventos políticos ou econômicos



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

que podem afetar o mercado financeiro, novos cenários são gerados e as posições são reavaliadas para entendimento dos impactos para o banco. O uso dessas ferramentas resulta na emissão periódica de relatórios e posições assumidas pelo banco.

3.2.4 Comparativo da Carteira de Exposição e VaR – Março /Junho

Carteira	mar-19		jun-19	
	Exposto	VaR	Exposto	VaR
Total Geral.....	353.167	198	607.668	529

Nota: Os valores acima estão demonstrados em milhares de reais.

O Banco Guanabara procede ao constante gerenciamento do risco de mercado a que está exposto, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, mitigando e controlando os riscos associados.

Não houve por parte do Banco Central do Brasil, no segundo trimestre de 2019, nenhuma restrição ou limites para nossas operações.

A estrutura do Banco Guanabara para o gerenciamento do risco de mercado é compatível com a natureza de nossas operações, respectiva complexidade e exposição ao risco. Calculamos diariamente o VaR (*Value at Risk*), através de sistema específico para o gerenciamento deste risco, contratado junto à empresa de grande reputação no mercado.

O Banco Guanabara atua de forma conservadora em relação à exposição a esse risco e o seu Patrimônio de Referência está enquadrado nos limites legais.

3.2.5 Risco de Taxa de Juros da Carteira de Não Negociação - R_{BAN}

A carteira de não negociação (banking book) é formada por operações não classificadas na carteira de negociação, tendo como característica principal a intenção de mantê-las até prazo contratual. Consiste em operações destinadas à gestão ativa da carteira em operações estruturais. Parte de sua carteira está exposta as oscilações da taxa de juros, sendo determinado pelo valor apurado no R_{ban}. No entanto, maior parte de suas operações são treladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando assim os impactos na carteira caso ocorra um cenário de estresse.



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

Por meio de uma distribuição histórica de oscilações nas taxas de juros, considerando o período de gerenciamento de 1 ano e intervalo de observação de 5 anos, o risco da parcela R_{BAN} é medido e monitorado mensalmente para prevenção de choques adversos que possam decorrer em perdas financeiras.

A instituição calcula o valor em risco (*Value at Risk* – VaR) diariamente, adotando um intervalo de confiança de 99%. Para fins de exigência de capital é levado em consideração que a instituição levará dez dias para se desfazer de suas posições, para o mês de março o valor da parcela R_{BAN} foi de R\$ 32 mil.

3.3 Risco de Liquidez

3.3.1 Objetivo

Objetivando o gerenciamento adequado da exposição ao risco de liquidez, e em observância às normas consignadas na Resolução n.º 4.557 de 23/02/2017 do BACEN, o Banco Guanabara administra seu fluxo de caixa, com vistas a mensurar exposições de risco de liquidez, através de um sistema informatizado, terceirizado de um fornecedor de grande reputação e experiência no mercado, o qual está em linha com as exigências da resolução, bem como, com as determinações emanadas do Conselho de Administração, observando ainda a:

- Existência:
 - de sistema gerencial para a confecção dos fluxos de caixas considerando todos os investimentos, captações e crédito;
 - de padrões mínimos de liquidez, pré-estabelecidos pelo Comitê de Riscos;
 - de balanço de ativos, passivos, moedas, com prazos, taxas, etc.;
 - de modelos para avaliação de liquidez dos produtos das carteiras;

- Realização de testes de estresse e cenários.



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

Para confecção do fluxo de caixa, o banco conta com um sistema onde os dados são importados através de arquivos gerados pelos sistemas legados, considerando todos os investimentos, captações e operações de crédito.

A instituição apresenta um alto colchão de liquidez, na ordem de R\$ 655 milhões, aplicados em Operações Compromissadas e Títulos Públicos, que proporciona honrar seus compromissos seja para resgates de aplicações financeiras (CDB), ou para cumprir a sua programação de liberações de novas operações.

3.4 Risco Operacional

3.4.1 Objetivo

A Política de Risco Operacional (RO), do Banco Guanabara tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e implementação de uma estrutura de gerenciamento do risco operacional, e disseminação da cultura de controles internos e de gestão desse risco, em todos os níveis hierárquicos da instituição. Estabelecendo ainda atribuições e responsabilidades para cumprimento dos objetivos e metas traçados pela alta administração.

O gerenciamento de risco operacional está estruturado para:

- Identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional;
- Documentar e armazenar as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaborar relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realizar testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

- Elaborar e disseminar a política de gerenciamento de risco operacional em todos os níveis hierárquicos da instituição, estabelecendo papéis e responsabilidades, inclusive para os prestadores de serviços terceirizados;
- Assegurar condições de continuidade normal das atividades para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementar, manter e divulgar o processo estruturado de comunicação e informação.

3.4.2 Plano de Continuidade de Negócios

O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) objetiva assegurar o funcionamento dos processos de negócio do Banco Guanabara S/A em situações críticas e/ou emergenciais através de ações preventivas que visam prover a empresa com procedimentos, controles, responsabilidades e regras; e assim garantir na íntegra a continuidade das operações. Atualmente, em sua documentação estão definidas as responsabilidades estabelecidas pela organização para atender a eventual emergência e contém informações detalhadas sobre as ações a serem desenvolvidas por cada membro participante de forma a informar, treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais.

Utilizamos como objeto de análise todos os departamentos do Banco Guanabara S/A, efetuando então entrevistas aos gestores e diretores, levantamento de necessidades, de objetivos, prioridades; e a partir das informações obtidas elaboramos o Plano de Continuidade de Negócios, suas rotinas e documentações. Vale salientar que todas as etapas deste plano foram amplamente discutidas com todas as áreas de negócio e diretores, e que temos formas diretas de feedback estabelecidas que mantêm essa comunicação constante e o Plano de Continuidade de Negócios atualizado, inovado e válido.



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

3.4.3 Mensuração e Cálculo do Capital para Risco Operacional

A parcela RWA_{OPAD} é relativa ao cálculo do capital requerido ao risco operacional que é calculada mediante abordagem padronizada dividida pelo fator F definido na Resolução 4.193/2013.

A metodologia que é utilizada pelo Banco Guanabara é a Abordagem do Indicador Básico, que corresponde à média do resultado operacional dos últimos 3 (três) anos multiplicado por 15% (valor estabelecido pelo Comitê de Basileia). Este resultado operacional para cada período anual é calculado através do Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE) consiste na soma dos valores semestrais, para cada período anual, das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

3.5 Risco de Crédito

3.5.1 Objetivo

A gestão do risco de crédito do Banco Guanabara tem como objetivo atender o disposto na Resolução n.º 4.557, emitida pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que determinou a implementação do gerenciamento do risco de crédito definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a não cumprimento pela contraparte de suas obrigações, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Em linha com as recomendações do acordo de Basiléia II e seguindo as novas orientações do Basileia III, observando as melhores práticas de gestão de risco, nossa política objetiva a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito, através de monitoramento integrado e contínuo desse risco, buscando garantir a integridade e a qualidade dos ativos do banco. Assim como uma melhor adequação aos requerimentos mínimos em relação ao RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), níveis adequados de risco e controle e previsibilidade de perdas, contribuindo para o equilíbrio do lucro da instituição e para a consecução dos objetivos e metas pré-estabelecidos.



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

O Banco Guanabara estabelece sua política de crédito com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico e está amparado em procedimentos de análise desenvolvidos pela sua experiência e tradição. A aprovação do crédito segue a Política da Gestão do Risco de Crédito onde são estabelecidas as alçadas competentes, procedimentos e metodologias, formando um sistema eficiente e eficaz, capaz de mapear, identificar, controlar e mitigar o risco relativo à probabilidade do não pagamento pelo tomador ou da contraparte.

O Banco conta com um sistema de gestão de risco de crédito que torna possível medir o valor da perda esperada para a carteira de crédito. O sistema utiliza a metodologia *Credit Risk* com simulações Monte Carlo, análise descritiva e análise paramétrica para estimar o *Credit VAR* baseado nas variáveis de *Probability of Default (PD)* e *Loss Given Default (LGD)*.

Para uma melhor compreensão de nossa política e da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, faz-se necessário destacar que:

- O Banco Guanabara é uma instituição tradicional em seu nicho de mercado, com perfil conservador, atuando como braço financeiro do grupo Guanabara, focando principalmente em operações de crédito com garantias;
- As operações estão principalmente segmentadas no transporte rodoviário, atuando no fomento àquele setor através de financiamento de veículos novos e usados, contando com a garantia dos bens financiados; e no *Middle Market* no qual as operações de crédito possuem, principalmente direitos creditórios como garantia;
- O banco não realiza operações de crédito ou investimentos em títulos, valores mobiliários ou instrumentos financeiros derivativos em outros países. Portanto, não se expõe ao Risco País, nos termos definido pelo BACEN;



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

- O banco não realiza suas operações de crédito através de intermediadores ou de convênios. Portanto, não se expõe ao risco de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito;

3.5.2 Teste de Stress de Crédito

Em cenários de stress, através de um estudo do Banco Central Alemão (Bundesbank), foi criado um conjunto padronizado de nove alternativas que é adotado internacionalmente, aonde são realizados choques nos parâmetros de PD e LGD.

Além dos cenários padronizados de *stress*, são analisadas outras condições específicas cobrindo choques segmentados por diversas visões tais como: setor econômico, localização geográfica, entre outros.

3.5.3 Descrição das Variáveis de Stress de Crédito

Probability of Default (PD): Cada ativo de crédito (ou conjunto homogêneo de ativos de crédito) tem a respectiva PD calibrada em função de seu comportamento histórico ajustado às perspectivas de cenário econômico futuro em 03 (três) possibilidades: (i) Cenário Normal; (ii) *Stress 1* (agravamento da PD em 30%); (iii) *Stress 2* (agravamento da PD em 60%).

Loss Given Default (LGD): Cada ativo de crédito (ou conjunto homogêneo de ativos de crédito) tem a respectiva LGD associada às garantias, calibrada em função de seu comportamento histórico ajustado às perspectivas de cenário econômico futuro em 03 (três) possibilidades: (i) Cenário Normal; (ii) *Stress 1* (agravamento do LGD acrescido de 5%); (iii) *Stress 2* (agravamento do LGD acrescido de 10%).

3.5.4 Mensuração e Cálculo do Capital para Risco de Crédito

A parcela do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeito ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) deve ser igual ao somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco.

Para a apuração desta parcela, considera-se exposição:



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

- A aplicação de recursos financeiros em bens e direitos e o gasto ou a despesa registrada no ativo;
- O limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;
- O crédito a liberar em até 360 dias;
- A prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros;
- Qualquer adiantamento concedido;
- A garantia depositada em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação e não apartada do patrimônio da entidade depositária e;
- A participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

Seguindo as recomendações de Basiléia III, as definições dos valores das exposições e dos fatores de ponderações de risco são estabelecidas pela Circular n. º 3.644/2013 e suas respectivas atualizações.

3.6 Outros Tipos de Riscos

3.6.1 Risco Socioambiental

A política de responsabilidade sócio ambiental do Banco Guanabara utiliza conceitos de sustentabilidade, incluindo desenvolvimento sustentável tanto individualmente como em conjunto com clientes, fornecedores, parceiros comerciais e todo tipo de parte interessada (stakeholder) em seus negócios; buscando a valorização de projetos que promovam uma relação ética e transparente, a preservação do meio ambiente para as gerações futuras, o respeito à diversidade e a promoção da redução das desigualdades sociais. Ademais, a confecção de suas diretrizes baseou-se nos temas: Ética e Relações de Consumo, Direitos Humanos, Direitos Trabalhistas e Meio Ambiente. Com isso, tais



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

diretrizes, que tratam das atuações estratégica e operacional do Banco Guanabara S/A, trabalham para aumentar e preservar tudo aquilo que entendemos ser correto para a sociedade e o meio ambiente; e, em conjunto com outros instrumentos, orientam a atuação geral do Banco Guanabara S/A na promoção e disseminação de boas práticas sócio ambientais.

4 Patrimônio de Referência (PR) e os Requerimentos Mínimos em Relação ao RWA

4.1 Informações Gerais

Para o cálculo e monitoramento do Patrimônio de Referência (PR) e a apuração dos requerimentos mínimos em relação ao RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), a instituição dispõe de um sistema informatizado específico para a gestão e controle da alocação de capitais, em função da exposição aos riscos operacional, de crédito, de mercado e de liquidez a que o banco está exposto em função de suas atividades, operações, produtos e serviços.

Não existem instrumentos híbridos de capital e dívida compondo o Nível I do Patrimônio de Referência.

Em relação, ao saldo do capital requerido para o risco operacional, mediante abordagem padronizada corresponde ao valor de R\$ 10.011, para uma exposição de 125 milhões.

4.2 Patrimônio de Referência (PR)

4.2.1 Metodologia Adotada para Avaliar a Adequação do PR

O Patrimônio de Referência consiste no somatório do Nível I e do Nível II. O Nível I é apurado pela soma do Capital Principal mais o Capital Complementar, já o Nível II é apurado mediante os valores correspondentes aos instrumentos elegíveis de capital menos as deduções previstas nos artigos 7º e 8º da Resolução n.º 4.192/13, conforme tabela abaixo:



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

Contas	junho-19
Patrimônio de Referência (PR)	161.290.437
Patr. Ref. Nível I	161.290.437
Capital Principal	161.485.013
Ajustes Prudenciais	(194.576)
Capital Principal após Ajustes	161.290.437
Capital Complementar	-
Patr. Ref. Nível II	-
Dívida Subordinada (CDBS/LFS)	-

4.3 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

4.3.1 Apuração do montante RWA e suas respectivas parcelas

Para a determinação dos requerimentos mínimos de capital, o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), deve corresponder ao seguinte somatório, seguindo as recomendações da Resolução 4.193, de 1º de março de 2013:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Contas	junho-19
Índice de Basileia	19,01%
Patrimônio de Referência (PR)	161.290.437
<i>Patrimônio de Referência Nível I</i>	161.290.437
<i>Patrimônio de Referência Nível II</i>	-
Índice de Nível I (IN1)	19,01%
Índice de Capital Principal (ICP)	19,01%
RWA	848.615.659
Patrimônio de Referência Mínimo	67.889.253
RWA _{MPAD}	85.364.480
RWA _{CPAD}	638.109.219
RWA _{OPAD}	125.141.960
Margem (PR - PR Mínimo)	93.401.184
R _{BAN}	946.726
PR Mínimo incluindo R _{BAN}	68.835.979
Margem PR Mínimo incluindo R _{BAN}	92.454.459
Índice de Imobilização	2,23%
Limite	80.640.219
Situação	3.588.871
Margem	77.051.348



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

4.3.2 Exposição por Fator de Ponderação de Risco (FPR)

FPR	junho-19	
	Exposição	RWA _{CPAD}
0%	652.686.067	-
20%	5.950.457	1.190.091
25%	6.374.077	1.593.519
50%	5.070.621	2.535.311
100%	631.738.345	631.738.345
250%	420.781	1.051.953
Total Geral	1.302.240.348	638.109.219

4.3.3 Componentes da parcela de risco de mercado (RWA_{MPAD})

Parcelas RWA _{MPAD}	junho-19	
	Exposição	RWA _{MPAD}
RWA _{JUR}	30.533.955	85.364.480
RWA _{JUR1}	14.319.624	29.525.988
RWA _{JUR2}	-	-
RWA _{JUR3}	16.214.331	55.838.493
RWA _{JUR4}	-	-
RWA _{CAS}	-	-
RWA _{CAM}	-	-
RWA _{COM}	-	-
Total Geral	30.533.955	85.364.480

5 Razão de Alavancagem (RA)

Dando continuidade ao processo de implantação de Basileia III, as instituições financeiras através da Circular 3.748 foram obrigadas a apurar a medida de razão de alavancagem que tem como objetivo principal restringir a alavancagem excessiva dos bancos e o conseqüente aumento do risco sistêmico. A metodologia consiste na razão entre o Patrimônio de Referência Nível I e a Exposição Total (compromissadas, títulos e valores mobiliários, operações de crédito e arrendamento mercantil, patrimoniais, derivativos).



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

Modelo Comum de Divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem

Item	Valor (R\$ mil)
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por	954.514
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(195)
Total das exposições contabilizadas no BP	954.319
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	
Valor de reposição em operações com derivativos.	R\$ -
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	R\$ -
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de	-
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	R\$ -
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	331.102
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	331.102
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	662.203
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	14.284
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-4.760
Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	9.524
Capital e Exposição Total	
Nível I	161.290
Exposição Total	1.626.046
Razão de Alavancagem (RA)	
Razão de Alavancagem de Basileia III.	9,92%

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem

Item	Valor (R\$ mil)
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.285.616
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	-
Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	-
Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	-
Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	331.102
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	9.524
Outros ajustes	(195)
Exposição Total	1.626.046



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

6 Aspectos Quantitativos das Exposições ao Risco de Mercado

6.1 Exposição por Fator de Risco

Fator de Risco	junho-19	
	Comprada	Vendida
Prefixado	15.584.451	-
Cupom Cambial	-	-
Índices de Preços	14.733	-
Ações	-	-
Commodities	-	-
Total Geral	15.599.184	-

7 Aspectos Quantitativos das Exposições ao Risco de Crédito

7.1 Exposição Média no Trimestre

Tipo de Pessoa / Trimestre	abril-19	maio-19	junho-19	Média Geral
Pessoa Física	10.155.228	9.946.476	10.177.815	10.093.173
Veículos e arrendamento mercantil	700.908	637.617	596.335	644.954
Outros	9.454.320	9.308.859	9.581.480	9.448.220
Pessoa Jurídica	612.273.843	587.297.791	578.969.954	592.847.196
Capital de Giro e descontos	540.269.477	514.966.053	507.114.537	520.783.356
Investimento	71.824.289	72.161.120	71.694.263	71.893.224
Outros	180.076	170.618	161.154	170.616
Total Geral	622.429.071	597.244.268	589.147.770	602.940.369

7.2 Exposição por Região Geográfica

Tipo de Pessoa / Região	junho-19					Total Geral
	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Norte	
Pessoa Física	9.433.806	744.009	-	-	-	10.177.815
Veículos e arrendamento mercantil	40.630	555.705	-	-	-	596.335
Outros	9.393.176	188.304	-	-	-	9.581.480
Pessoa Jurídica	403.833.901	119.242.329	30.392.113	18.931.716	6.569.896	578.969.954
Capital de Giro e descontos	358.761.277	96.089.526	28.397.001	18.931.716	4.935.017	507.114.537
Investimento	44.911.469	23.152.803	1.995.112	-	1.634.878	71.694.263
Outros	161.154	-	-	-	-	161.154
Total Geral	413.267.707	119.986.338	30.392.113	18.931.716	6.569.896	589.147.770



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

7.3 Exposição por Atividade Econômica

Tipo de Pessoa / Atividade Econômica	junho-19					
	Outros Serviços	Indústria	Comércio	Pessoas Físicas	Rural	Total Geral
Pessoa Física	-	-	-	10.177.815,25	-	10.177.815
Veículos e arrendamento mercantil	-	-	-	596.334,94	-	596.335
Outros	-	-	-	9.581.480,31	-	9.581.480
Pessoa Jurídica	363.936.122	136.641.623	78.392.210	-	-	578.969.954
Capital de Giro e descontos	292.620.531	136.480.469	78.013.538	-	-	507.114.537
Investimento	71.315.591	-	378.672	-	-	71.694.263
Outros	-	161.154,06	-	-	-	161.154
Total Geral	363.936.122	136.641.623	78.392.210	10.177.815	-	589.147.770

7.4 Exposição dos Dez Maiores Clientes em Relação à Carteira

	junho-19
Exposição 10 Maiores	147.215.054
% em relação a carteira	24,99%
Exposição 100 Maiores	547.579.680
% em relação a carteira	92,94%
Carteira de Crédito	589.147.770
Participação do cliente com maior exposição	3,97%
Cliente com maior exposição em relação ao PR	14,51%

Nota: O saldo da carteira de crédito corresponde o valor bruto da carteira de crédito, enquanto que as demais exposições estão contemplando as provisões, ou seja, valor líquido de PDD.

7.5 Montante de Operações por Faixa de Atrasos

Atrasos	junho-19					Total Geral
	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	
Sudeste	139.088	1.078.784	1.138.760	3.703.935	2.178.118	8.238.685
Nordeste	244.827	-	6.857.731	-	-	7.102.557
Norte	62.984	14.566	-	-	-	77.550
Sul	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	-	-	-	-	-	-
Total	446.899	1.093.350	7.996.490	3.703.935	2.178.118	15.418.792



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

Atrasos	junho-19					Total Geral
	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	
Outros Serviços	445.985	1.093.350	7.996.490	3.562.731	2.143.585	15.242.141
Indústria	-	-	-	-	-	-
Agrícola	-	-	-	-	-	-
Comércio	-	-	-	141.204	34.533	175.737
Pessoas Físicas	914	-	-	-	-	914
Total	446.899	1.093.350	7.996.490	3.703.935	2.178.118	15.418.792

7.6 Prazo a Decorrer das Operações

Tipo de Pessoa / Região	junho-19				Total Geral
	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	
Pessoa Física	856.380	1.228.463	8.092.972	-	10.177.815
Veículos e arrendamento mercantil	712.810	1.228.463	7.640.207	-	9.581.480
Outros	143.570	-	452.765	-	596.335
Pessoa Jurídica	79.573.659	88.764.968	402.065.016	8.566.312	578.969.954
Capital de Giro e descontos	75.584.700	79.624.819	343.338.707	8.566.312	507.114.537
Outros	3.988.959	9.140.149	58.726.308	-	71.855.417
Total Geral	80.430.039	89.993.431	410.157.988		589.147.770

7.7 Fluxo das Operações Levadas a Prejuízo no Trimestre

Atividade Econômica	Fluxo em Prejuízo		
	abril-19	maio-19	junho-19
Outros Serviços	-	-	-
Comércio	-	-	2.595.619
Indústria	-	-	-
Total Geral	-	-	2.595.619

7.8 Montante de Provisões para Perda

Atividade Econômica	junho-19			
	PDD Final (Março - 19)	Provisões Incluídas	Provisões Subtraídas	PDD Final (Junho - 19)
Outros Serviços	15.444.921	7.274.858	-2.844.978	19.874.802
Indústria	2.515.857	268.801	-322.967	2.461.691
Comércio	12.836.992	4.372.962	-3.967.924	13.242.029
Agrícola	-	-	-	-
Pessoas Físicas	287.133	13.796	-49.988	250.940
Total Geral	31.084.904	11.930.417	- 7.185.858	35.829.462



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

8 Balanço Patrimonial

BANCO GUANABARA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

ATIVO	30.06.2019	Ref. Anexo I
CIRCULANTE	1.029.699	
Disponibilidades	925	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	336.172	
Aplicações no Mercado Aberto	331.101	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.071	
Títulos e valores mobiliários	333.721	
Carteira própria	331.817	
Vinculados a compromissos de recompras	-	
Vinculados à prestação de garantias	1.904	
Vinculados a negociação e intermediação de valores	-	
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	
Relações interfinanceiras	4.435	
Pagamentos e recebimentos a liquidar	13	
Créditos Vinculados	522	
Relações com correspondentes	3.900	
Operações de créditos	351.666	
Setor privado	375.163	
Operações de crédito em liquidação duvidosa	-	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-23.497	
Outros créditos	2.764	
Negociação e intermediação de valores	-	
Rendas a Receber	-	
Diversos	2.767	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-3	
Outros valores e bens	17	
Outros valores e bens	-	
Despesas antecipadas	17	
NÃO CIRCULANTE: REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	252.124	
Títulos e valores mobiliários	38.049	
Carteira própria	38.049	
Operações de crédito	201.496	
Setor privado	213.823	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-12.328	
Outros créditos	224	
Diversos	226	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-1	
Outros valores e bens	12.355	
Outros valores e bens	12.355	
PERMANENTE	3.793	
Investimentos	1.898	
Participações em coligadas e controladas	421	(B)
Outros investimentos	1.477	
Imobilizado	1.700	
Outras imobilizações de uso	5.500	
Depreciações acumuladas	-3.800	
Imobilizado de arrendamento	3.940	
Depreciações acumuladas	-3.940	
Intangível	195	
Ativos intangíveis	786	(D)
Amortizações acumuladas	-591	
Total do Ativo	1.285.616	

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

BANCO GUANABARA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL*(Em milhares de reais)*

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.06.19	Ref. Anexo I
CIRCULANTE	143.715	
Depósitos	96.708	
Depósitos à vista	24.940	
Depósitos a prazo	71.768	
Obrigações por operações compromissadas	-	
Carteira própria	-	
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias	35.282	
Recursos de Letras Crédito Imobiliária - LCI	35.282	
Obrigações por repasses do País - Instituições Oficiais	4.753	
FINAME	4.753	
Outras obrigações	6.973	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	103	
Fiscais e previdenciárias	5.588	
Diversas	1.283	
Instrumentos financeiros derivativos	-	
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	
Outras obrigações	-	
Arrecadação de tributos e assemelhados	-	
Sociais e estatutárias	-	
Fiscais e previdenciárias	-	
Negociação e Intermediação Valores	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	
Dívidas Subordinadas	-	
Diversas	-	
NÃO CIRCULANTE: EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	980.287	
Depósitos	979.458	
Depósitos Interfinanceiros	-	
Depósitos à prazo	979.458	
Obrigações por repasses do País - Instituições Oficiais	607	
FINAME	607	
Recursos de aceites cambiais, Letras Imobiliárias e Hipotecárias	-	
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	
Obrigações por empréstimos e repasses do País - Instituições Oficiais	-	
FINAME	-	
Outras obrigações	222	
Fiscais e previdenciárias	195	
Dívidas Subordinadas	-	
Diversas	27	
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	128	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.485	
Capital Social	76.000	(A)
Reservas de capital	1.256	(C)
Reservas de lucros	81.013	(C)
Lucros acumulados	3.216	(C)

Total do Passivo e Patrimônio Líquido **1.285.616***As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.*



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

Anexo 1 – Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
Capital Principal: Instrumentos e Reservas			
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	76.000	(A)
2	Reservas de lucros	3.215	-
3	Outras receitas e outras reservas	82.270	(C)
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias elegíveis ao Capital Principal do conglomerado	-	-
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	161.485	-
Capital Principal: Ajustes Prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-	-
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	-
9	Ativos intangíveis	195	(D)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-	-
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-	-
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-
13	Ganhos resultantes de operações de securitização		
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo		
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	-
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal		
18	Valor agregado das participações líquidas inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-
19	Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-
20	Direitos por serviços de hipoteca		
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-
23	do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca	-	-
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	-
26	Ajustes regulatórios nacionais	-	-
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	-
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	-
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	-
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-
26.i	Destaque do PR	-	-
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	-
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	195	-
29	Capital Principal	161.290	-



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
Capital Complementar: Instrumentos			
30 Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-	-
31 dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-	-
32 dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	-	-
33 Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
34 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Complementar do conglomerado	-	-	-
35 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
36 Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-	-	-
	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
Capital Complementar: Deduções Regulatórias			
37 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
38 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar	-	-	-
39 Valor agregado do investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	-
40 Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	-
41 Ajustes regulatórios nacionais	-	-	-
41.a Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que não exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	-
41.b Participação de não controladores no Capital Complementar	-	-	-
41.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	-	-
42 Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-	-
43 Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	-	-
44 Capital Complementar	-	-	-
45 Nível I	161.290	-	-
	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
Nível II: Instrumentos			
46 Instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-	-
47 Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
48 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Nível II do conglomerado	-	-	-
49 da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
50 Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-	-
51 Nível II antes das deduções regulatórias	-	-	-
	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
Nível II: Deduções Regulatórias			
52 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
53 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-	-
54 Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	-
55 Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	-
56 Ajustes regulatórios nacionais	-	-	-
56.a Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	-
56.b Participação de não controladores no Nível II	-	-	-
56.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração Nível II para fins regulatórios	-	-	-
57 Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	-	-
58 Nível II	-	-	-
59 Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	161.290	-	-
60 Total de ativos ponderados pelo risco	-	-	-



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

	%	%
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal		
61 Índice de Capital Principal (ICP)	19,006%	
62 Índice de Nível I (IN1)	19,006%	
63 Índice de Basileia (IB)	19,006%	
64 Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	7,000%	
65 do qual: adicional para conservação de capital	2,500%	
66 do qual: adicional contracíclico	0,000%	
67 do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68 Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	12,006%	
Mínimos Nacionais		
69 Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III		
70 Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	6,000%	
71 Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	8,000%	

	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)			
72 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	-
73 Valor agregado das participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	421		(B)
74 Direitos por serviços de hipoteca	-		
75 Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	-		

	Valor (R\$mil)		
Limites à inclusão de provisões no Nível II			
76 Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada			
77 Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada			
78 Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-	-	
79 Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-	-	

	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)			
80 Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
81 Valor excluído do Capital Principal devido ao limite			
82 Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
83 Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	-	-
84 Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 ⁴	-	-	-
85 Valor excluído do Nível II devido ao limite ⁴	-	-	-



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

Diretoria Executiva

PEDRO AURÉLIO BARATA DE MIRANDA LINS – Diretor Presidente
ANTÔNIO PÁDUA ARANTES – Diretor
CARLA SANTORO – Superintendente

Coordenação do Conteúdo

FELIPE DUTRA DE MORAES
ANDRESSA NOGUEIRA GOMES

Departamento de Controladoria e Gestão de Riscos



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

9 Lista de Abreviaturas

■ B

BACEN – Banco Central do Brasil

■ C

CDBS - Certificado de Depósito Bancário Subordinado

CDB – Certificado de Depósito Bancário

CMN – Conselho Monetário Nacional

■ F

FPR – Fator de Ponderação de Risco

■ I

IE – Indicador de Exposição ao Risco Operacional

■ L

LFS – Letra Financeira Subordinada

LGD – *Loss Given Default*

■ P

PR – Patrimônio de Referência

PCN – Plano de Continuidade de Negócios

PD – *Probability of Default*

■ R

R_{BAN} – Capital para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não-classificadas na carteira de negociação

RWA – Ativos Ponderados pelo Risco

RWA_{CPAD} – parcela relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada



Tipo: Relatório	Publicação: 31/07/2019
Área: Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização: 05/07/2019
Título: Relatório de Gestão de Risco	Versão: 001

RWA_{MPAD} – parcela relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada

RWA_{OPAD} – parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada

RWA_{JUR1} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{JUR2} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{JUR3} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{JUR4} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxa de juros cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{CAM} – parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{COM} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities) cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{ACS} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

■ **V**

VaR – *Value at Risk*